

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
deniserothenburg.dfg@dabr.com.br

Contrarreforma

Fontes do setor de empresas de aplicativos defendem que, caso a proposta de regulamentação de trabalhadores por app seja aprovada, o Brasil vai perder R\$ 3 bilhões por mês. Uma das justificativas é que o texto torna o modelo de negócio quatro vezes mais caro que o regime CLT. Para o setor, o debate está sendo chamado de “contrarreforma trabalhista”.

Outro caminho

O setor tem defendido uma proposta do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), que já foi enviada ao Congresso. No texto do IDP, há itens como a vedação de vínculo empregatício, define os trabalhadores como autônomos e as empresas como intermediadoras do serviço, veda rescisão e bloqueio unilateral e exige que as empresas contratem um seguro para acidentes pessoais para os trabalhadores do app.

Não param

A direita não terá descanso este ano se depender dos deputados petistas. O deputado Rogério Correia (PT-MG) apresentou dois requerimentos de convocação para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS para os governadores do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), e do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL). Correia quer apurar o envolvimento dos governadores no esquema do Banco Master com relação às fraudes na previdência.

Discurso pronto

A base bolsonarista vai insistir que o raio que atingiu os apoiadores no último domingo foi um “evento de força maior”, independentemente dos riscos de uma aglomeração em meio a um temporal. Para alguns parlamentares, o evento fortaleceu a mobilização da direita bolsonarista.

Quando a ética se torna necessidade

A Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de São Paulo, apresentou um conjunto de propostas a serem incluídas no Código de Conduta a ministros do Supremo Tribunal Federal. O documento foi elaborado por uma comissão formada por dois ex-presidentes da Corte — Ellen Gracie e Cezar Peluso — além de ex-ministros da Justiça e juristas.

Entre outras medidas, o documento sugere vedar ministros de julgarem processos nos quais as partes ou os advogados representantes sejam parentes de até terceiro grau ou pessoa com “amizade íntima”.

Também propõe vetar a participação de ministros em eventos patrocinados por grupos que tenham “interesse econômico” em processos na Corte.

Cauteloso na elaboração de um código de ética para a Casa Constitucional, o presidente do STF, ministro Edson Fachin, recebeu o documento da OAB-SP na última sexta-feira. Ao menos publicamente, ele tem deixado claro que críticas à conduta de ministros não podem se tornar ataques à institucionalidade do Supremo — particularmente em um momento político de ascensão radical.



E a PEC 6x1?

O governo vai apostar as fichas na proposta que visa reduzir a escala de trabalho dos brasileiros. Contudo, o projeto ainda sofre bastante resistência no Congresso Nacional. Há quem apoie uma mudança para 5x2 e quem não apoie nada.

Um acordo, talvez

A deputada Bia Kicis (PL-DF) acredita que a melhor forma seria definir a escala via acordos coletivos. “Acordos poderiam funcionar melhor devido às diferenças regionais do Brasil. Tem lugar que a redução vai beneficiar e outras cidades em que vai prejudicar”, defende a integrante da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado (FPLM).

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Cronista

No próximo dia 4, o presidente da Caixa Econômica Federal, Carlos Vieira (foto), se dedicará a uma atividade distinta de cuidar da instituição que completou 165 anos. O executivo lançará o livro *Fragments do Cotidiano em Crônicas*, no restaurante Nau, no Setor de Clubes Sul, às 20h.

PODER

Fachin: democracia está ameaçada

Presidente do STF volta a advertir sobre agressões ao Estado de Direito, desta vez na Corte Interamericana de Direitos Humanos

» IAGO MAC CORD

Ao discursar, ontem, na abertura do ano judicial na Corte Interamericana de Direitos Humanos, em São José da Costa Rica, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, voltou a alertar sobre as ameaças ao Estado de Direito ao advertir que a democracia atravessa “tempos desafiadores” no continente. Ele tinha manifestado essa mesma preocupação na carta, que divulgou na semana passada, em defesa do STF e do ministro Dias Toffoli — cujas decisões relacionadas ao inquérito da negociação entre Banco Master e BRB vêm sendo contestadas —, quando afirmou que a Corte acompanha atentamente as movimentações da extrema-direita no Brasil.

Segundo Fachin, a “democracia não é neutra diante de quem a pretende destruir”. Afirmou, ainda, que, apesar de a democracia não ter cumprido suas promessas — como a de igualdade —, é na sua ausência que “se nutrem os populismos autoritários para miná-la por dentro”. Para o ministro, o momento atual exige “a defesa da civilização e dos pactos civilizatórios contra a barbárie que quer se instalar em todo o continente, e também em países da Europa continental”.

“Apesar dessas incertezas, creio que há esperança ainda a ser enunciada. A história, esta que não se encerra, é obra humana. Somos agentes do processo social e político. Nada está destinado, tudo está em disputa, e nesse campo de disputabilidade de sentidos, se a democracia não nos oferece certeza, ela nos oferece, ainda e sempre, possibilidades”, afirmou.

8 de Janeiro

O magistrado lembrou os três anos da tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023 para ilustrar os riscos institucionais. Fachin disse que a invasão às sedes dos Três Poderes visava a abolição violenta do Estado de Direito e mencionou o plano para assassinar o então presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, seu vice, Geraldo Alckmin, e o também ministro do STF Alexandre de Moraes — então presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

“Sabemos que, em diferentes países de nossa região, e em outras partes do mundo, nem sempre os movimentos autoritários que buscam suplantam a democracia se mostram em sua face mais estridente e explicitamente violenta. Hoje, assistimos a um movimento com nova roupagem, embora

Ester Vargas/Corte IDH



igualmente nefasto em seus efeitos: a erosão democrática, que corrói as instituições por dentro”, destacou.

Segundo o ministro, tal erosão é identificada quando a estrutura do sistema de freios e contrapesos

é testada à exaustão, o que resulta na violação de direitos políticos, ataques à liberdade de imprensa e ameaças à independência judicial — incluindo a perseguição de magistrados. Foi além: mostrou



Nem sempre os movimentos autoritários se mostram em sua face mais violenta. Assistimos a um movimento com nova roupagem: a erosão democrática, que corrói as instituições por dentro”

Trecho do discurso do presidente do STF, Edson Fachin, na abertura do ano judicial na Corte Interamericana de Direitos Humanos

que o enfraquecimento do Estado de Direito é um fator de violação dos direitos humanos, pois ambos constituem “duas faces de uma mesma moeda”.

“Foi a emergência do primeiro,

a partir do florescimento do constitucionalismo democrático, que, ao longo do tempo, viabilizou a materialização dos direitos humanos. Assim como estes são a matéria de que é feito um Estado de Direito Democrático digno desse nome”, observou.

Fachin reforçou que a proteção da democracia é um direito dos povos e uma obrigação dos governos, conforme a Carta Democrática Interamericana. Como antídoto contra o esquecimento das agressões à democracia, o presidente do STF citou o 8 de Janeiro.

“Até lá, impõe-se defender a democracia contra seus detratores e os atalhos que eles propõem. Atalhos que, falsos, não protegem os direitos dos mais vulneráveis, mas, ao contrário, vão solapando a condição mesma de existência daqueles direitos — que, repise-se, é a democracia em si. Nesse esforço, temos de enfrentar o paradoxo da tolerância, de que nos fala Karl Popper: ‘Tolerar a intolância pode golpear de morte a própria tolerância’”, lembrou.

No evento, estavam presentes o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (República dos PB), a ministra da Secretaria das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, e o ministro das Cidades, Jader Filho.

Moraes quer relatório completo da rotina de Bolsonaro

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) apresente, em até cinco dias, um relatório detalhado sobre a rotina do ex-presidente Jair Bolsonaro desde sua transferência para o 19º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal, a

Papudinha, no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília. A decisão foi assinada na última sexta-feira, mas publicada somente ontem.

Moraes determinou que o batalhão envie à Corte um relatório completo contendo informações sobre todas as atividades de Bolsonaro, incluindo visitas de

advogados, parentes e amigos, atendimentos médicos, exames, sessões de fisioterapia, atividades físicas, eventuais atividades laborais, leituras e quaisquer outras ocorrências, com as respectivas datas e horários. Em 15 de janeiro, o ministro determinou a transferência do ex-presidente da Sala de Estado Maior da

Superintendência da Polícia Federal (PF), no Distrito Federal, para a Sala de Estado Maior instalada na Papudinha, onde está preso desde então.

Na decisão, Moraes afirmou que o ex-presidente teria, na Papudinha, condições ainda mais favoráveis, igualmente exclusiva e com total isolamento em relação

aos demais presos do complexo. Segundo o ministro, a transferência permitiria o aumento do tempo de visitas dos parentes, a realização livre de “banho de sol” e de exercícios a qualquer horário do dia, inclusive com a instalação de aparelhos para fisioterapia, tais como esteira e bicicleta, atendendo à recomendação médica.

Bolsonaro cumpre pena de 27 anos e três meses de prisão em regime fechado pelos crimes de organização criminosa armada, golpe de Estado, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, deterioração de patrimônio tombado e dano qualificado contra o patrimônio da União.